

Discordância sobre números ou falta de vontade política para negociar?

A propósito do texto endereçado à comunidade unespiana, em 23 de junho de 2009, pela reitoria da UNESP, a Adunesp e o Sintunesp têm a esclarecer alguns pontos.

Os reajustes oferecidos nos últimos três anos estão indicados na tabela 1, abaixo, mostrando que, de fato, neste período os reajustes salariais foram ligeiramente acima da inflação medida pelo IPC-FIPE. Comparando as colunas onde estão os dados do crescimento do salário (acima da inflação) e da arrecadação do ICMS (também acima da inflação), podemos verificar que, no triênio 2006-2008, a percentagem de crescimento acumulado do ICMS acima da inflação (36,21%), corresponde a mais de dez vezes o percentual de reajuste que nos foi concedido acima da inflação (3,58%).

Tabela 1: Inflação (IPC-FIPE), crescimento salarial e do ICMS

Ano	Inflação (IPC-FIPE) (%)	Reajuste salarial (%)	Crescimento do salário acima da inflação (%)		Crescimento do ICMS (%)*			Diferença entre a porcentagem de crescimento nominal do ICMS e o reajuste salarial concedido (%)	
			No ano	Acumulado	Nominal no ano	Acima da inflação no ano	Acumulado acima da inflação	No ano	Acumulada
2006	2,5453	4,5079	0,0047	0,0047	11,3	8,75	8,75	8,75	8,75
2007	3,3739	4,92	1,5461	1,5500	11,0	7,62	17,03	6,08	15,36
2008	4,5079	6,51	2,0021	3,5800	20,9	16,39	36,21	14,39	31,96

(*) Descontadas as parcelas correspondentes ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI)

Isto, evidentemente, significa que poderíamos ter recuperado os nossos salários para muito além dos 3,58%, sem que o futuro das universidades públicas paulistas fosse colocado em risco. Antes, pelo contrário, melhorar salários significa valorizar aqueles que, com o seu trabalho, fornecem a infra-estrutura humana para que esta universidade exista e gere os bons frutos que tem produzido, honrando o dinheiro que a população do estado de São Paulo nela investe.

A enorme diferença entre o crescimento dos salários no triênio 2006-2008 e da arrecadação do ICMS propiciou à reitoria obter uma “reserva financeira ou sobra de caixa”, ao final de 2008 e início de 2009, de precisamente R\$ 332.019.163,38 — segundo dados da APLO — correspondente a um pouco menos de **QUATRO FOLHAS DE PAGAMENTO** em nossa universidade. Note-se que, se apenas uma folha de pagamento fosse utilizada para efeito de reajuste salarial, isto significaria um acréscimo de aproximadamente 8% para além dos 6,05% já concedidos.

Avançando na análise dos dados para o primeiro quadrimestre de 2009 (tabela 2), é possível verificar também que o crescimento do ICMS foi aproximadamente 28% acima do crescimento dos reajustes salariais. Esse cálculo foi feito levando-se em conta os números correspondentes à expansão da folha de pagamento — fornecidos pelas Universidades — computados os reajustes salariais concedidos no período.

Tabela 2: Atualização dos dados para o primeiro quadrimestre de 2009	
Crescimento de 2006 a 2008	
ICMS (nominal sem PPI)	49,36%
Reajustes salariais	14,60%
Folha de pagamento (até abril de 2009)	27,70%
Varição do ICMS (sem PPI)	
No 1º quadrimestre de 2009	4,07%
Acumulada (desde 2006 até o 1º quadrimestre de 2009)	55,70%
Reajuste proposto pelo CRUESP	6,05%

Nas reuniões realizadas com o Fórum das Seis em 22 de maio, 19 e 26 de junho, os técnicos do CRUESP não conseguiram explicar quais fatores determinaram o aumento da folha de pagamento das universidades, nem a influência que cada um deles teria na geração desta sobrecarga da folha. Mencionaram gastos com aposentados, expansão de vagas e crescimento vegetativo (titulação de docentes e progressão de servidores técnico-administrativos na carreira), mas não trouxeram dados objetivos e convincentes.

Está sendo contabilizado na folha de pagamento da UNESP o impacto gerado pela previsão de contratação de 200 servidores docentes e igual número de servidores técnico-administrativos. Ocorre que este procedimento infla a folha de pagamento significativamente, embora ainda estejam sendo feitas contratações autorizadas em 2008 e previstas no orçamento daquele ano. Por outro lado, nos parece difícil acreditar que, daqui para o final deste ano, sejam viabilizadas essas 400 contratações, dado o ritual necessário para concretizá-las. O cálculo deste impacto e o peso específico que ele representa na folha de pagamento é um dos itens ainda não completamente esclarecidos.

Quando cita “as contratações de docentes e servidores técnicos e administrativos para este ano – consideradas unanimemente pela comunidade universitária como urgentes e prioritárias” – a reitoria não menciona que parte considerável delas destina-se aos sete novos campi e aos cursos novos criados no último processo de expansão de vagas. Segundo a APLO, só os novos campi requerem (para custeio, investimento e pessoal) 1,5% da quota parte da UNESP/2009.

O problema é que, quando isto tudo começou, o então governador, Geraldo Alkmin, acenou com a possibilidade de aumentar a dotação orçamentária das universidades públicas paulistas (na Lei de Diretrizes Orçamentárias), mas não o fez. Desde então, a universidade recebia recursos extra-limite na Lei Orçamentária (LOA) a título de expansão. Esses recursos não constam na LDO 2010. Portanto, na prática, estaremos, daqui para frente, arcando integralmente com o financiamento daquela expansão com o mesmo percentual de ICMS. Diante disto, pouco ou nada fizeram as três reitorias para reverter a situação e buscar mais recursos na quota parte do ICMS. Esse comportamento revela que optaram por financiar a expansão de vagas com os nossos salários, como sobejamente evidenciam as propostas das reitorias na implementação de nova expansão de vagas via Ensino à Distância (EàD) bem como os dados de arrecadação de ICMS e de reajustes salariais dos últimos anos.

Os técnicos do CRUESP não conseguiram apresentar argumentos convincentes que sustentassem a estimativa de arrecadação de R\$ 56,2 bilhões que adotaram para o ICMS de 2009, a mesma que consta no orçamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que, por sua vez, foi feita em junho de 2008. Este montante está menos de 1% acima da arrecadação do ICMS realizada em 2008 (R\$ 55,83 bilhões). Isto significa assumir uma expectativa de que, em 2009, o crescimento econômico do Estado somado à inflação será menor do que o crescimento que a arrecadação do ICMS já experimentou até maio de 2009, comparativamente ao mesmo período de 2008, que é de aproximadamente 1,93% em valores absolutos.

Deste modo, estaria o CRUESP admitindo, implicitamente, que o crescimento econômico do estado, somado à inflação, será menor que 1% em 2009? Avaliamos que isto não parece razoável, uma vez que a estimativa de inflação do Banco Central é de 4,35%. Isto significa que o CRUESP parece acreditar que ocorrerá uma retração da atividade econômica da ordem de 5% em 2009. Um cenário recessivo desta magnitude supõe um desastre econômico de proporções gigantescas, o que contradiz previsões já divulgadas sobre o comportamento da economia paulista e brasileira neste período. A Secretaria da Fazenda federal estima que a economia brasileira vai crescer entre 0% e 2% em 2009, tendo o BC anunciado uma previsão de crescimento do PIB de 0,8% (crescimento positivo do PIB). Além disso, há declarações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, do Coordenador da Receita Federal, e mesmo do BC, no

sentido de que, do ponto de vista dos efeitos da crise financeira internacional, o Brasil já passou pelo “fundo do poço”, que teria sido, segundo a coordenadoria da Receita Federal, no mês de fevereiro.

Com o inexplicável crescimento de 27,70% da folha de pagamento nas universidades e com o cenário de iminência de um “armageddon” econômico, evidentemente os 6,05% concedidos constituem, do ponto de vista de quem acredita nisso, um esforço enorme e arriscado para recompor a inflação de abril de 2008 a maio de 2009.

Para a Adunesp e o Sintunesp, “gestão temerária de recursos públicos” é ampliar vagas sem a segurança de uma contrapartida de aumento da dotação orçamentária; é submeter-se a uma inserção subserviente e acrítica a políticas do governo estadual e, ainda por cima, financiá-las com o salário dos servidores docentes e técnico-administrativos; é colocar em risco o patrimônio histórico, cultural e acadêmico das universidades públicas paulistas, estabelecendo convênios com o governo estadual (criação de cursos de formação inicial de professores via ensino à distância, entre outros, em parceria com a UNIVESP) sem que se promova uma discussão verdadeira, profunda e de fato democrática com as competências internas de cada universidade.

Assim, o “caminho para o auto-sucateamento da universidade” está em curso e é exatamente para contrapor-se a ele que construímos, junto com as outras entidades que compõem o Fórum das Seis, uma pauta de reivindicações que propõe: a valorização dos trabalhadores docentes e técnico-administrativos — patrimônio inquestionável das universidades públicas paulistas — através do estabelecimento de salários dignos; a ampliação das políticas de apoio ao estudante, que denominamos “gratuidade ativa”, capaz de oferecer a possibilidade de superação das imensas desigualdades sociais brasileiras, pelo menos no que diz respeito ao exercício do direito de cursar uma universidade pública; a defesa da autonomia das nossas universidades, frequentemente aviltada pela sanha autoritária dos governantes e dos dirigentes universitários.

Até agora, nas reuniões de negociação deste ano com o CRUESP, foi objeto de maior discussão da Pauta Unificada apenas o primeiro item, que reivindica um reajuste salarial com três dimensões: (1) recomposição da inflação do período; (2) 10% para recuperar parte das perdas salariais tendo como referência valores de maio de 1989, e (3) uma política que contribua para a diminuição da enorme diferença entre o maior e o menor salário pago pela universidade, começando por cobrar dos reitores o cumprimento do comunicado CRUESP nº 03/2007. Neste documento oficial, os reitores haviam assumido compromisso com o pagamento de uma parcela fixa para todos os docentes e servidores técnico-administrativos, e até agora não o cumpriram.

A posição do CRUESP tem sido de intransigência. De fato, não houve negociação, os reitores trouxeram uma proposta fechada para a reposição da inflação e se recusam sistematicamente a avançar nas outras duas dimensões da reivindicação de reajuste salarial. Além de não haver real negociação, parece que, na última reunião, em 29/6, os reitores romperam com o acordo firmado em 1991, que reconheceu a data-base em 1º de maio e estabeleceu que, no segundo semestre depois da data-base, haveria nova negociação para revisão salarial. Romperam, também, com o acordo firmado em 2000, de reuniões mensais das Comissões Técnicas Fórum-CRUESP, para acompanhamento e discussão dos dados de arrecadação do ICMS. Na verdade, há muito tempo o CRUESP traz os seus números, coloca-os imutáveis sobre a mesa, e fecha a questão sobre o índice de reajuste salarial, o que se configura claramente num simulacro de negociação e num desrespeito à comunidade universitária representada pelo Fórum das Seis. O CRUESP desrespeita, inclusive, os compromissos que assumiu por escrito em outras ocasiões (vide comunicado nº 03/2007 do CRUESP) numa atitude de ausência de apreço com a própria palavra empenhada nos acordos firmados. Assim, fica difícil sustentar, pelo menos na intensidade que a reitoria da UNESP quer nos fazer crer, que essas atitudes possam ser qualificadas genericamente como “uma necessária responsabilidade com o futuro da Universidade”.

A Adunesp e o Sintunesp, honrando a sua história, têm buscado agora, como sempre, incansavelmente, o diálogo democrático e transparente, pois é desta forma que acredita contribuir para resistir às políticas de precarização do trabalho docente; às investidas frequentes e contumazes contra os três pilares que sustentam a qualidade desta Universidade: a docência, a pesquisa e a extensão; a autonomia universitária; a dignidade dos que nela trabalham e estudam.

Saudações acadêmicas e sindicais